

Diário do Acionista

ANO VI • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sábado, domingo e segunda-feira, 19, 20 e 21 de fevereiro de 2022 • Nº 1257 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Arnaldo Niskier

Nazismo nunca mais

PÁGINA 4

FGV

Valor das exportações cresce 31,4% em janeiro

O valor das exportações brasileiras cresceu 31,4% em janeiro e foi liderado pelas commodities, cujo volume subiu 17,4%, contra 6,8% das não commodities informou nesta sexta-feira o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), ao divulgar o Indicador de Comércio Exterior (Icomex). As commodities tiveram participação de 63% no valor total exportado pelo país, enquanto as não commodities participaram com 90% das importações. No caso dos preços, as commodities exportadas tiveram aumento de 13,6%, inferior aos 18% registrados pelas não commodities. Por setor de atividade, houve aumento no volume exportado da agropecuária (91,3%). **PÁGINA 2**

CLIMA

Sem chuvas, um terço de Portugal sofre extrema seca

Há 17 anos não chovia tão pouco em Portugal em janeiro. No fim do mês passado, todo o território continental do país encontrava-se em situação de seca, sendo 34% em seca severa e 11% em seca extrema. Em fevereiro, as chuvas têm continuado abaixo dos níveis normais para o período e, embora ainda não falte água nas torneiras, a estiagem já afeta a vida dos portugueses. Para priorizar o abastecimento humano em meio à escassez hídrica, o governo determinou a suspensão da produção de energia hidrelétrica em cinco barragens. A medida vale inicialmente até 1º de março, quando será reavaliada. Em vários pontos de Portugal, a seca provocou mudanças profundas na paisagem. **PÁGINA 4**

CNC

Intenção de consumo das famílias registra ligeira alta

O indicador de Intenção de Consumo das Famílias (ICF) subiu 0,4% e chegou a 77,6 pontos em fevereiro, o maior nível desde maio de 2020, quando o ICF estava em 81,7 pontos. Os dados foram divulgados nesta sexta-feira pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Na comparação com fevereiro de 2021, o aumento foi de 4,6%. Segundo a CNC, o indicador está abaixo do nível de satisfação, de 100 pontos, desde abril de 2015, quando

ficou em 102,9 pontos. Por faixa de renda, as famílias que ganham acima de dez salários mínimos indicaram nível de insatisfação de 94,5 pontos, uma queda de -0,6% no mês e alta de 10,5% na comparação anual. O indicador para as famílias com renda abaixo de dez salários mínimos subiu 0,7%, atingindo 74,0 pontos. Na comparação anual, houve alta de 2,9%. Entre as regiões, o Norte teve a única queda mensal de fevereiro, com -1,2%. **PÁGINA 2**

DEFENSORIA PÚBLICA

Augusto Aras sofre nova derrota no STF



ABRASIL

O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria para negar ação do procurador-geral da República, Augusto Aras, que questionava se a Defensoria Pública mantinha o poder de requisitar documentos de autoridades e da administração pública. O julgamento aconteceu após Aras ter protocolado no ano passado um total de 22 processos que visavam derrubar a legislação federal de 1994 que concede esse poder às Defensorias, além de normas estaduais. Na ação a respeito da lei federal, até as 17h de quinta-feira passada votaram contra o pedido de Aras o ministro relator, Edson Fachin, e os ministros Alexandre de Moraes, Rosa Weber, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, André Mendonça e Luiz Fux. A ministra Cármen Lúcia divergiu do relator e entendeu que a Defensoria pode requisitar documentos em processos coletivos, mas não nos individuais. Ao ingressar com a ação, Aras afirmava que esse poder faz com que os defensores públicos tenham um atributo que advogados privados não têm, o de ordenar que autoridades públicas expeçam documentos, perícias, pareceres e vistorias. **PÁGINA 3**

DECISÃO DA MAIORIA



FOLHAPRESS

Supremo torna Roberto Jefferson réu por homofobia

A maioria dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) votou para tornar o ex-deputado Roberto Jefferson (foto) réu pelos crimes de homofobia, calúnia e incitação ao crime de dano contra patrimônio público. A decisão foi tomada em sessão virtual realizada nesta sexta-feira. O relator, ministro Alexandre de Moraes, aceitou denúncia da PGR (Procuradoria-Geral da República) contra Roberto Jefferson por supostamente atacar instituições democráticas. Moraes também votou para encaminhar o processo à Justiça Federal do Distrito Federal. Até o momento, acompanharam o voto do relator cinco ministros: Gilmar Mendes, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli e Cármen Lúcia. **PÁGINA 3**

INDICADORES

IBOVESPA: -0,57% / 112.879,85 / -648,63 / Volume: 42.301.115.563 / Quantidade: 3.526.181				Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.212,00	IGP-M	1,82% (jan.)	EURO turismo	
Maiores Altas		Maiores Baixas		Mais Negociadas		Fechamento				Compra: 5,8558 Venda: 6,0358	
Preço	% Oscil.	Preço	% Oscil.	Preço	% Oscil.		%			DÓLAR Ptax - BC	
CIELO ON NM	2,83 +12,30 +0,31	RUMO S.A. ON NM	15,21 -8,81 -1,47	VALE ON NM	85,83 +0,21 +0,18	NASDAQ Composite	13.548,065 -1,23	Ufir	R\$ 3,7053	0,54% (jan.)	Compra: 5,1333 Venda: 5,1339
MRV ON NM	12,79 +2,73 +0,34	LOCARWEB ON NM	10,18 -7,12 -0,78	PETROBRAS PN N2	33,00 +0,61 +0,20	Euro STOXX 50	4.071,87 -0,94	Taxa Selic	10,75%	até o dia 18/fev	Compra: 5,1394 Venda: 5,1400
BRASIL ON NM	36,05 +2,04 +0,72	GRUPO NATURA ON NM	23,89 -5,65 -1,43	MAGAZ LUIZA ON NM	6,36 -4,07 -0,27	CAC 40	6.929,63 -0,25	Poupança 3	0,50%	R\$ 310,00	Compra: 5,1289 Venda: 5,3089
ENERGIAS BR ON NM	21,50 +1,90 +0,40	BANCO PAN PN N1	10,68 -5,40 -0,61	BRASIL ON NM	36,05 +2,04 +0,72	FTSE 100	7.513,62 -0,32	TR (prefixada)	0,0098	Compra: 5,8235 Venda: 5,8241	
HYPERA ON NM	32,61 +1,49 +0,48	COSAN ON NM	21,76 -4,81 -1,10	RUMO S.A. ON NM	15,21 -8,81 -1,47	DAX 30	15.042,51 -1,47				

DocuSigned by:

Cesar Augusto Figueiredo de Souza

RFE76785695E4R6

DS

CAEDS

Economia

MERCADOS



Dólar cai para R\$ 5,14 e fecha sexta semana em baixa; Bolsa recua

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Na contramão do mercado internacional, o dólar voltou a cair no Brasil e fechou a sexta semana seguida em baixa, com fluxo externo atraído pelos juros altos no país. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) caiu pelo segundo dia, com o agravamento das tensões geopolíticas na Ucrânia.

O dólar comercial encerrou esta sexta-feira aos R\$ 5,14, com recuo de R\$ 0,027 (-0,52%). A moeda operou em baixa duran-

te todo o dia e chegou a R\$ 5,11 na mínima da sessão, por volta das 14h.

A divisa fechou a semana com recuo de 1,95%. A queda chega a 3,13% em fevereiro e a 7,82% em 2022.

O mercado de ações teve desempenho oposto. O Índice Bovespa fechou o dia aos 112.880 pontos, com perda de 0,57%. O indicador foi novamente arrasado pela queda nos mercados internacionais, em meio à perspectiva de conflitos entre Rússia e Ucrânia.

CNC

Intenção de consumo das famílias registra ligeira alta

AKEMI NITAHARA/ABRASIL

O indicador de Intenção de Consumo das Famílias (ICF) subiu 0,4% e chegou a 77,6 pontos em fevereiro, o maior nível desde maio de 2020, quando o ICF estava em 81,7 pontos. Os dados foram divulgados nesta sexta-feira pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Na comparação com fevereiro de 2021, o aumento foi de 4,6%. Segundo a CNC, o indicador está abaixo do nível de satisfação, de 100 pontos, desde abril de 2015,

quando ficou em 102,9 pontos.

Por faixa de renda, as famílias que ganham acima de dez salários mínimos indicaram nível de insatisfação de 94,5 pontos, uma queda de -0,6% no mês e alta de 10,5% na comparação anual. O indicador para as famílias com renda abaixo de dez salários mínimos subiu 0,7%, atingindo 74,0 pontos. Na comparação anual, houve alta de 2,9%.

Entre as regiões, o Norte teve a única queda mensal de fevereiro, com -1,2%, apresentando também o menor indicador, com 58,3 pontos. A maior alta

ocorreu no Sul, com 1,9%, onde as famílias estão mais confiantes, com 87,7 pontos.

MOMENTO ATUAL

O indicador do emprego atual mostrou que 35,1% dos entrevistados se sentiu tão segura quanto no ano passado, uma proporção menor do que o registrado em janeiro, quando eram 35,6%. A proporção foi maior do que em fevereiro de 2021 (32,0%). A parcela que se sente mais segura com o emprego aumentou de 25,2% em janeiro para 26,8%, o que ocorre desde agosto. O

emprego atual atingiu 99,6 pontos, o maior indicador da pesquisa em fevereiro e também o maior nível desde maio de 2020, quando chegou a 101,7 pontos.

A renda atual foi considerada igual à do ano passado 41,0%, abaixo dos 41,4% de janeiro e acima dos 39,1% de fevereiro de 2021. A melhora na renda foi percebida por 21,7% este mês, ante 20,4% em janeiro, sendo o maior percentual desde junho de 2020 (21,9%). O indicador ficou em 84,9 pontos, o maior nível desde maio de 2020, quando estava em 97,6 pontos.

SENADO

Reforma tributária pode prever sistema de cobrança de impostos

IDIANA TOMAZELLI E RENATO MACHADO/FOLHAPRESS

O senador Roberto Rocha (PSDB-MA) propõe em seu parecer da PEC (proposta de emenda à Constituição) 110, da reforma tributária, um sistema eletrônico de cobrança de impostos sobre consumo.

A ideia é permitir que as próprias instituições bancárias separem a cobrança do valor do tributo, sempre que houver transação financeira ou quitação de boleto atrelada a uma nota fiscal de bens ou serviços.

Os bancos repassariam os valores referentes a impostos à administração pública. Segundo o senador, não se trata de um tributo sobre transações, nos moldes da antiga CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), porque a cobrança está vinculada à emissão de nota fiscal.

Hoje, são os próprios co-

merciantes e prestadores de serviços que precisam declarar os valores das notas fiscais e realizar o pagamento dos impostos, o que abriria margem à sonegação, segundo o senador. Com a vinculação entre as informações das notas e das transações bancárias, a intenção é reduzir a brecha.

O parecer da reforma tributária voltou ao centro das discussões após o presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), incluir a PEC na pauta da próxima sessão da comissão, na quarta-feira.

Alcolumbre diz acreditar que a sessão vai ser destinada inicialmente apenas para a leitura do relatório, pois considera que haverá pedidos de vista para aprofundar as discussões. A votação, portanto, deve ficar para as primeiras semanas após o carnaval.

FGV

Valor das exportações cresce 31,4% em janeiro puxado por commodities

ALANA GANDRA/ABRASIL

O valor das exportações brasileiras cresceu 31,4% em janeiro e foi liderado pelas commodities, cujo volume subiu 17,4%, contra 6,8% das não commodities informou nesta sexta-feira o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), ao divulgar o Indicador de Comércio Exterior (Icomex).

As commodities tiveram participação de 63% no valor total exportado pelo país, enquanto as não commodities participaram com 90% das importações. No caso dos preços, as commodities exportadas tiveram aumento de 13,6%, inferior aos 18% registrados pelas não commodities.

Por setor de atividade, houve aumento no volume exportado da agropecuária (91,3%), seguido da indústria de transformação (16,3%), enquanto a indústria extrativa mostrou queda de 13,4%. Os preços das exportações tiveram aumento de 30,1% na agropecuária e de 20,1% na indústria de transformação, com redução de 2% na indústria extrativa.

A balança comercial de janeiro fechou com déficit de US\$ 214,4 milhões, segundo anúncio do Ministério da Economia. Desde 2009, quando as commodities passaram a explicar mais de 50% das exportações nacionais e a China ocupou o posto de principal mercado comprador, o saldo só foi superavitário quatro vezes em janeiro. No ano

passado, o saldo mostrou déficit de US\$ 219,8 milhões. No último mês de janeiro, a China perdeu pontos para os Estados Unidos. Commodities são produtos agrícolas e minerais comercializados no mercado internacional.

CHINA

A China continuou liderando os principais mercados de exportação do Brasil, com 21,5% de participação, seguida dos Estados Unidos, com 11,6%. Em janeiro de 2021, entretanto, esses percentuais eram de 27,7% para a China e 9,5% para os Estados Unidos. O Ibre explica o resultado da baixa taxa de crescimento das exportações (1,9%) para esse mercado, entre os meses de janeiro de 2021 e de 2022, em

comparação com os Estados Unidos, cuja alta no mesmo período atingiu 59,4%. A Argentina permaneceu como terceiro principal destino de exportação, com participação de 4,8% e crescimento de 24,2%.

A queda do valor exportado para a China está associada à retração de 6,3% das exportações em volume para aquele país, entre janeiro de 2021 e de 2022. Já a variação dos preços para esse mercado foi positiva (7,8%). Para todos os outros mercados, os volumes exportados aumentaram, assim como os valores. As exportações brasileiras cresceram 53,2% para a União Europeia, 33,4% para a América do Sul (exceto Argentina) e 35,9% para a Ásia, excluindo China e Oriente Médio.

VEÍCULOS

Montadoras precisam desovar carros de 2021, mas vendas não sobem

EDUARDO SODRÉ/FOLHAPRESS

Anúncios de carros com condições de financiamentos convidativas e garantia de pronta entrega têm surgido neste início de ano. É um cenário bem diferente do vivido ao longo do segundo semestre de 2021, quando filas de espera e crédito mais caro se tornaram regra do mercado.

A Volkswagen, por exemplo, oferece o utilitário compacto T-Cross com "taxa zero". Na Citroën, campanhas seguidas impulsionam as vendas do C4 Cactus no varejo. As explicações para essas e outras ofertas estão na lei e nos números.

Primeiro, a lei. As montadoras pediram e o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambien-

te e dos Recursos Naturais Renováveis) esticou por três meses o prazo para adequação de seus veículos a uma nova etapa da legislação ambiental.

A norma estabelecida pela sétima fase do Proconve (Programa de Controle de Emissões Veiculares) previa que os automóveis leves produzidos a partir de 1º de janeiro deveriam emitir menos poluentes que os modelos feitos em 2021. Mas havia automóveis incompletos por falta de peças: sem a prorrogação, teriam de ser desmontados.

Dentro do possível, as fabricantes aceleraram a produção no fim de 2021. As férias coletivas foram atrasadas e dezembro registrou bom volume de produção.

CONGRESSO

Relator de combustíveis quer impor alteração no ICMS do diesel

RENATO MACHADO E IDIANA TOMAZELLI/FOLHAPRESS

Em nova mudança em um dos projetos sobre combustíveis, o senador Jean Paul Prates (PT-RN) acatou um pedido da cúpula do Congresso para prever, de forma mais contundente, uma mudança no ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre o diesel.

A nova versão do parecer, obtida pela reportagem, diz que os estados terão a opção de criar uma alíquota única de ICMS sobre os combustíveis. Mas enquanto isso não for implementado pelos governadores, o imposto sobre o diesel será cobrado sobre uma base de cálculo definida, obtida pela média móvel dos últimos cinco anos.

No relatório anterior, Prates havia deixado a decisão inteiramente a cargo dos governadores, o que desagradou tanto o governo quanto o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que sinalizou dificuldades para haver

acordo com os deputados.

A avaliação foi a de que os estados não teriam nenhum incentivo em adotar a mudança. A ala política do governo e o Congresso querem dar uma resposta à população, penalizada por sucessivos aumentos nos preços nas bombas.

A redução no preço dos combustíveis é uma bandeira defendida pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), que busca em 2022 sua reeleição ao Palácio do Planalto.

A nova proposta está sendo considerada um "período de transição". A regra que fixa a base de cálculo, em caso de demora na adoção da alíquota única, valerá apenas até 31 de dezembro deste ano.

Segundo dados da ANP (Agência Nacional de Petróleo), a média do preço do diesel no Brasil nos últimos cinco anos até janeiro de 2022 é de R\$ 3,669. Hoje, os preços médios passam de R\$ 5.

O formato seria revogado antes em caso de regulamentação

da alíquota única do ICMS pelo Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária).

Pelo texto, essa nova alíquota também incidiria sobre gasolina, etanol e gás de cozinha, e seria calculada necessariamente sobre a quantidade. Hoje, o percentual é aplicado sobre o preço, o que amplia a arrecadação dos estados em períodos de alta.

Além disso, as novas alíquotas só poderiam ser reajustadas 12 meses após a primeira fixação. Depois, os aumentos subsequentes poderiam ser adotados com intervalos mínimos de seis meses, respeitando a regra que prevê antecedência de 90 dias para a entrada em vigor.

Na prática, o parecer atua de maneira mais incisiva para que os governadores mexam no imposto estadual sobre os combustíveis. Mesmo o período de transição é mais abrangente do que no texto que havia sido aprovado na Câmara e que fora inicialmente descartado pelo senador petista.

2022

INSS libera informe de rendimentos para IR

Aposentados, pensionistas e demais segurados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) já podem consultar o informe de rendimentos para fazer a declaração do Imposto de Renda 2022. Deve prestar contas à Receita quem recebeu rendimentos tributáveis de mais de R\$ 28.559,70 no ano de 2021, dentre outras regras.

A consulta pode ser feita pelo site ou aplicativo no Meu INSS. Para isso, é preciso ter senha de acesso do sistema gov.br. No entanto, há uma outra forma de fazer a conferência dos dados sem precisar de senha: no site extratoir.inss.gov.br. Para isso, o segurado precisa informar o número do benefício, a data de nascimento, o nome completo e o número do CPF.

Para fazer a consulta, acesse o site e digite todos os dados do benefício, como número de nascimento, nome completo do beneficiário e número do CPF. Depois, vá em "Sou humano" e, em seguida, em "Consulta".

Diário do Acionista

Tels.: (21)
3556-3030
96865-1628

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-VivoRua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

PGR

STF derruba ação de Aras para limitar Defensoria Pública

JOSÉ MARQUES/FOLHAPRESS

O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria para negar ação do procurador-geral da República, Augusto Aras, que questionava se a Defensoria Pública mantinha o poder de requisitar documentos de autoridades e da administração pública.

O julgamento acontece após Aras ter protocolado no ano passado um total de 22 processos que visavam derrubar a legislação federal de 1994 que concede esse poder às Defensorias, além de normas estaduais.

Na ação a respeito da lei federal, até as 17h de quinta-feira passada votaram contra o pedido de Aras o ministro relator, Edson Fachin, e os ministros Alexandre de Moraes, Rosa Weber, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, André Mendonça e Luiz Fux.

A ministra Cármen Lúcia divergiu do relator e entendeu que a Defensoria pode requisitar documentos em processos coletivos, mas não nos individuais.

Ao ingressar com a ação, Aras afirmava que esse poder faz com que os defensores públicos tenham um atributo que advogados privados não têm, o de ordenar que autoridades públicas expeçam documentos, perícias, pareceres e vistorias.

Essas normas, alegou o procurador-geral da República, "desequilibram a relação processual, notadamente na produção de provas, ao conferirem poderes exacerbados a pensar uma das partes".

Para integrantes da Defensoria Pública, porém, os argumentos do PGR não fazem sentido, já que a própria advocacia pública, que defende o estado, pode re-

quisitar documentos.

Essa medida faria com que a população mais vulnerável não pudesse ter "a mínima capacidade de garantia de acesso a documentos e informações imprescindíveis para pleitear os seus direitos existenciais", segundo Eduardo Kassuga, presidente da Anadef (Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Federais).

"Essa prerrogativa é tão essencial que a perda dela tem o risco de colapsar o funcionamento da Defensoria Pública brasileira", acrescenta.

O relator do processo no STF, ministro Edson Fachin, também entendeu que a Defensoria Pública tem o dever constitucional "proteção dos direitos humanos e a tutela de direitos coletivos", e não apenas de assistência judicial.

"Delineado o papel atribuído

à Defensoria Pública pela Constituição Federal, resta evidente não se tratar de categoria equiparada à Advocacia, seja ela pública ou privada, estando, na realidade, mais próxima ao desenho institucional atribuído ao próprio Ministério Público", afirmou Fachin.

O ministro Alexandre de Moraes, que seguiu o voto de Fachin, afirmou que "negar à Defensoria Pública o poder requisitório teria o efeito negativo de esvaziar a capacidade instrutória e de resolução extrajudicial de conflitos".

Isso, segundo ele, criaria "grave e inconstitucional obstáculo ao cumprimento efetivo de seu papel constitucional, diminuindo a efetividade de sua atuação em defesa dos direitos fundamentais de todos os cidadãos, e com particular ênfase dos mais necessitados".

PETRÓPOLIS

Governo deve liberar quase R\$ 500 milhões para desastres

IDIANA TOMAZELLI E MATEUS VARGAS/FOLHAPRESS

O governo Jair Bolsonaro (PL) deve liberar quase R\$ 500 milhões para ações em locais atingidos por desastres.

A verba deve ser direcionada principalmente a Petrópolis, município devastado por fortes tempestades na última terça-feira, resultando em inundações, enxurradas e deslizamentos que levaram à morte de ao menos 122 pessoas.

O recurso deve ser liberado por meio de crédito extraordinário, instrumento previsto na Constituição para permitir o repasse rápido de verbas em situações de urgência e imprevi-

sibilidade.

O dinheiro será destinado a ações de defesa civil do Ministério do Desenvolvimento Regional, comandado por Rogério Marinho, que acompanha Bolsonaro na viagem a Petrópolis.

A verba vai contemplar diversas cidades, mas o foco principal será atender Petrópolis.

O crédito extraordinário constará em MP (medida provisória), garantindo a liberação imediata da verba. Esse tipo de crédito fica fora do alcance de regras fiscais que limitam as despesas, como é o caso do teto de gastos.

A MP deve ser publicada em edição extra do DOU (Diário Oficial da União). Segundo integrantes do governo, o valor efe-

tivo da liberação deve ficar próximo de R\$ 480 milhões, mas os cálculos ainda estão sendo finalizados.

Nos últimos dias, houve grande pressão de aliados do presidente para agilizar a edição do crédito extraordinário, sobretudo devido à proximidade do embarque de Bolsonaro para a cidade da região Serrana do Rio de Janeiro.

Na quinta-feira passada, o MDR liberou R\$ 2,33 bilhões para Petrópolis.

Deste valor, R\$ 1,67 milhão será utilizado na compra de cestas básicas, kits de higiene pessoal, colchões, materiais de limpeza, entre outros produtos. Já R\$ 665 mil serão destinados à

limpeza urbana e à desobstrução de canais.

No fim de dezembro, o presidente foi criticado por ficar de férias no litoral catarinense no momento em que a Bahia enfrentava forte crise gerada pelas chuvas. Além de aproveitar a praia, Bolsonaro visitou um parque de diversões. As cenas de momentos de folga constrangeram aliados do presidente.

O governo liberou mais de R\$ 200 milhões em dezembro para atender estados atingidos pela chuva, principalmente a Bahia. Posteriormente, mais recursos foram enviados aos estados para ajudar na reconstrução de estradas que ficaram destruídas pelas enchentes.

CHARLATANISMO

ONGs acionam MPF após Igreja Universal divulgar 'cura' do HIV

VICTORIA DAMASCENO/FOLHAPRESS

A Igreja Universal do Reino de Deus compartilhou nas suas redes sociais uma mensagem que diz que um casal de fiéis foi curado do HIV, vírus que causa a Aids (síndrome da imunodeficiência adquirida), "através da fé". A publicação foi feita no Instagram e no Facebook da igreja na terça-feira passada.

De acordo com a postagem, o casal não aceitou realizar o tratamento contra o HIV e, após fazer a chamada "corrente dos

70", conseguiu "a cura".

"Manoel e Rosemeire foram infectados com o vírus HIV, causando sintomas como tontura, fraqueza, falta de apetite e feridas no corpo. O casal não aceitou viver de tratamento, fizeram a Corrente dos 70 sabendo que a cura viria através da fé colocada em prática e, com a certeza de que, o tempo de milagres não acabou. Hoje, eles estão curados", diz a publicação.

Em reação, o Foesp (Fórum das ONG/Aids do estado de São Paulo) fez uma manifestação no MPF (Ministério Público Fed-

eral) para verificar a existência de crime na mensagem difundida pela Universal nas redes sociais.

O fórum solicitou ao órgão que instaura um "procedimento a respeito da divulgação de informações falsas referente ao tratamento do HIV/Aids, e que podem levar pessoas a desistirem dos seus tratamentos médicos, e como consequência irem a óbito após a manifestação da doença".

Jamal Suleiman, médico infectologista do Instituto de Infectologia do Emílio Ribas, reforça que os pacientes soropositivos

não devem abandonar os tratamentos, pois são justamente os medicamentos que levam progressivamente à indetectabilidade da carga viral no organismo.

Com o tratamento contínuo, o infectologista destaca que soropositivos podem ter uma vida "absolutamente normal" do ponto de vista da saúde mental e física, pois saem da zona de risco para infecções oportunistas e, além disso, podem conquistar uma vida sexual plena, uma vez que com a carga viral indetectável, não colocam o parceiro em risco de infecção.

COVID-19

Cidade de SP começa a vacinar crianças em escolas nesta segunda

FÁBIO PESCARINI/FOLHAPRESS

A cidade de São Paulo começou nesta sexta-feira a fazer busca ativa de crianças que não tomaram vacina contra a Covid-19. A vacinação nos colégios da rede municipal está programada para começar nesta segunda-feira.

No estado, quem tem de 5 a 11 anos pode ser imunizado contra o novo coronavírus desde o dia 14 de janeiro.

Com um mapeamento das informações sobre as crianças que não foram vacinadas, a Secretaria Municipal da Saúde vai fazer o planejamento da vacinação nas escolas.

De acordo com o secretário municipal da Saúde, Edson Aparecido, agentes comunitários começaram a ir às casas das famílias das crianças que não foram vacinadas contra a Covid para levar um documento de autorização que deve ser preenchido e devolvido assinado para a escola, a partir da próxima segunda.

"Vamos fazer o processo de vacinação em cada uma das 1.400 escolas municipais", disse Aparecido.

A vacinação em escolas deve começar em um evento simbólico com a presença do prefeito Ricardo Nunes (MDB).

Segundo Aparecido, além do cadastro feito junto às famílias pelos agentes comunitários das UBS (Unidades Básicas de Saúde), as escolas municipais também fazem levantamento dos alunos de 5 a 11 anos que não tomaram a vacina.

"A partir daí, os pais vão receber a autorização e depois a criança vai com ela ou com os próprios pais vacinar na escola", afirmou. "Sem a autorização ou sem o pai, a gente não vacina".

Questionada, a secretaria não respondeu se já há um calendário para vacinação nas escolas. A imunização deve ser escalonada a partir do pedido das escolas com o recebimento das autorizações assinadas pelos pais.

Apesar de o governo estadual dizer que as cidades paulistas poderão montar postos volantes de vacinação nas escolas municipais, estaduais e privadas, de acordo com a realidade local, a pasta da gestão Nunes disse que vai fazer a busca ativa apenas nos colégios da rede municipal.

"A maioria das crianças na faixa etária de 5 a 6 anos concentra-se nas escolas municipais", afirmou a secretaria - essas duas idades foram as que percentualmente menos receberam vacina contra a Covid entre as crianças na cidade de São Paulo até às 13h desta sex-

INCLUSÃO PRODUTIVA

Programa fortalece organizações sociais

Mais de oitenta organizações sociais paulistas que atuam com inclusão produtiva vêm recebendo apoio para fortalecer sua atuação junto a populações vulneráveis. O projeto, iniciado em 2020, contou com a participação de entidades de 44 municípios, incluindo Bauri, Vale do Ribeira, Pontal do Paranapanema e Alta Paulista.

O programa Redes para Inclusão Produtiva, fruto da parceria entre Sebrae e Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis), oferece encontros para troca de experiências e formação em temas como gestão de equipes, comunicação e captação de recursos.

Tais organizações sociais, embora diferentes em relação à forma de atuação e ao público beneficiado - catadores, artesãos, pequenos agricultores, jo-

ta-feira, com 63% e 69,9%, respectivamente, do que foi planejado pela prefeitura.

Na quarta-feira passada, o governador João Doria (PSDB) anunciou a vacinação nas escolas, a "Semana E" que vai até a próxima sexta-feira.

"Os municípios que aderirem poderão vacinar as crianças sem burocracia, com apenas um documento de concordância dos pais ou responsáveis, que não precisarão estar presentes no momento da imunização. O termo já foi disponibilizado aos 645 municípios e poderá ser enviado aos pais e responsáveis nas escolas que aderirem à iniciativa", afirmou em nota a Secretaria de Estado da Saúde.

A extensão da vacinação para a rede estadual de ensino ainda está sendo estudada pela Secretaria Municipal da Saúde.

Até o início da tarde desta sexta, a cidade de São Paulo havia aplicado a primeira dose em cerca de 790 mil pessoas de 5 a 11 anos contra o novo coronavírus, ou seja, 72,9% de 1,083 milhão de crianças esperadas.

No estado, segundo o governador Doria, aproximadamente 2,5 milhões de crianças (62%) haviam tomado a primeira dose da vacina até às 13h desta sexta.

No último dia 7, durante entrevista em um colégio em Perus (zona norte), na volta às aulas, Nunes afirmou que a imunização em escolas não estava prevista e disse que a prefeitura, por enquanto, não vai exigir comprovante de vacinação contra a Covid-19 para os estudantes da rede municipal.

As crianças de 5 anos, que são vacinadas exclusivamente com doses da Pfizer pediátrica, precisam esperar 56 dias ou oito semanas para a segunda dose.

Quem tem de 6 a 11 anos e tomou a primeira dose da Pfizer também tem de aguardar esse mesmo intervalo.

A vacinação em escolas é elogiada por especialistas. Médicos ouvidos pela Folha afirmaram que a vacinação em colégios é importante.

O pediatra Renato Kfour, diretor da Sociedade Brasileira de Imunizações, lembrou que nem todos os pais que não levaram seus filhos para imunizar na escola, de acordo com a realidade local, a pasta da gestão Nunes disse que vai fazer a busca ativa apenas nos colégios da rede municipal.

"Sempre que você consegue abordar um não vacinado, há resultado de conversão, você ganha alguns (imunizados)", afirmou.

DECISÃO DA MAIORIA

STF torna Jefferson réu por homofobia

A maioria dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) votou para tornar o ex-deputado Roberto Jefferson réu pelos crimes de homofobia, calúnia e incitação ao crime de dano contra patrimônio público. A decisão foi tomada em sessão virtual realizada nesta sexta-feira.

O relator, ministro Alexandre de Moraes, aceitou denúncia da PGR (Procuradoria-Geral da República) contra Roberto Jefferson por supostamente atacar instituições democráticas. Moraes também votou para enca-

minhar o processo à Justiça Federal do Distrito Federal.

Até o momento, acompanharam o voto do relator cinco ministros: Gilmar Mendes, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli e Cármen Lúcia. O julgamento em plenário virtual se encerra no dia 25 de fevereiro.

A denúncia da PGR foi apresentada em agosto do ano passado. No documento, são listadas sete declarações de Roberto Jefferson. Para a PGR, o ex-deputado infringiu o Código Penal, a Lei de Segurança Nacional e a lei

que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Em seu voto, o relator Alexandre de Moraes afirmou que as manifestações de Roberto Jefferson são gravíssimas.

"Não só atingem a honrabilidade e constituem ameaça ilegal à segurança do Senado Federal e de seus parlamentares, em especial os integrantes da CPI da Pandemia, como se revestem de claro intuito visando a impedir o pleno exercício das atividades investigativas conferidas ao Parlamento Nacional",

disse o ministro Alexandre de Moraes em sessão virtual.

Moraes diz que, mesmo que a Lei de Segurança Nacional tenha sido revogada, Roberto Jefferson responderá pelo crime porque, na época dos fatos, a norma estava em vigor. "A revogação de uma lei penal não implica, necessariamente, na descriminalização de todas as condutas nela tipificadas".

A reportagem procurou a defesa de Roberto Jefferson, mas não havia obtido resposta até a conclusão deste texto.

Arnaldo Niskier

Membro da Academia Brasileira de Letras, Doutor Honoris Causa da Unirio e Professor de História e Filosofia da Educação

Nazismo nunca mais

Parecia improvável que aparecesse no Brasil alguém com a coragem ou a irresponsabilidade de defender o nazismo. Pois é que isso surgiu, na pessoa do podcaster Monark (Bruno Aiub), com o apoio do deputado Kim Kataguiri (DEM).

São dois perturbados que envergonham a vida brasileira. O primeiro deles, ao ser punido com a perda dos seus patrocinadores, colocou a culpa na bebida que havia ingerido em excesso. Não tem desculpa, pois seguramente passou do ponto e deve ser punido severamente. O seu arrependimento não traz o perdão. A repulsa ao seu gesto é o mínimo que se pode desejar.

Monark foi desligado do Estúdio Flow, que tachou de inadmissíveis os seus comentários racistas. Ele mesmo, depois do que fez, considerou os seus comentários “muito burros”, o que provocou enorme reação. É incrível que essa ocorrência tenha sido confundida como “liberdade de expressão”. Sabendo-se do que foram capazes os nazistas (só judeus na Europa foram mortos cerca de 6 milhões de pessoas). Esse gesto de agora de agora foi uma total irresponsabilidade.

Bêbado ou não, Monark cometeu crimes. Como disse com muita propriedade o Ministro Gilmar Mendes, “qualquer apologia ao nazismo é criminosa, execrável e obscena”. Já o Ministro Alexandre de Moraes afirmou que “a Constituição consagra o binômio liberdade e responsabilidade”. O direito fundamental à liberdade de expressão não autoriza a abominável e criminosa apologia ao nazismo.” O Ministro Luís Fux tem uma sólida formação judaica e certamente não concorda com nada disso, o mesmo podendo ser dito pelo Ministro Luís Roberto Barroso, cuja mãe é de origem judaica.

A reação a essa estupidez foi nacional e internacional. Monark violou preceitos constitucionais e cometeu crime de apologia ao nazismo. Sua atitude, bem como a solidariedade do deputado Kataguiri, outro absurdo com o qual não se pode concordar de jeito nenhum, merecem uma condenação formal e da maneira mais veemente. O que se espera é que a justiça brasileira reaja com a necessária energia a todos esses fatos lamentáveis.

CANADÁ**Polícia prende líderes de protesto antivacina**

A polícia canadense prendeu líderes do protesto antivacina como parte de uma megaoperação que tenta encerrar o bloqueio que paralisa há três semanas a capital, Ottawa, e se tornou uma das maiores crises do mandato do primeiro-ministro, Justin Trudeau.

O ato começou se opondo a medidas sanitárias decretadas para conter a pandemia de Covid-19 e acabou com manifestantes pedindo a queda de Trudeau - que, pressionado, declarou estado de emergência nacional na segunda passada, o que permite ao governo usar a força contra os manifestantes.

Imagens de televisão ao vivo nesta sexta mostraram a polícia efetuando pelo menos sete prisões. “Alguns manifestantes estão se rendendo e estão sendo presos. Pedimos que permaneçam pacíficos e legais”, declarou a polícia de Ottawa em um tuíte.

Tamara Lich e Chris Barber, dois dos principais líderes do bloqueio, foram detidos na noite de quinta-feira (17). Os policiais algemaram Barber e o colocaram na traseira de um veículo, mostrou um vídeo postado na página dos organizadores no Facebook. Mais tarde, outro

vídeo, postado na página do grupo no Twitter, mostrou a prisão de Lich.

Desde 28 de janeiro, os motoristas, acompanhados por milhares de manifestantes e cerca de 400 veículos, transformaram as ruas ao redor do Parlamento no centro de Ottawa em uma barulhenta área de protesto.

Os motoristas protestam contra a obrigatoriedade da vacina para os que trabalham na rota que liga o país aos Estados Unidos, mas muitos pediam também a queda de Trudeau.

Ameaças de multas e prisão ajudaram a convencer os manifestantes a se retirarem nesta semana de quatro pontos de fronteira dos EUA, onde também haviam se instalado. A polícia emitiu avisos semelhantes em Ottawa, e o chefe de polícia interino, Steve Bell, disse que estava comprometido em expulsar os manifestantes.

“Estamos reforçando nossos recursos, desenvolvendo planos e nos preparando para agir. A ação é iminente”, disse Bell a repórteres na manhã desta sexta. “Para aqueles envolvidos nos protestos ilegais, se você quiser sair sob seus próprios termos, agora é a hora de fazê-lo.”

Dunas Transmissão de Energia S.A.

CNPJ/ME nº 31.095.265/0001-44

Aviso de Extravio de Livros Societários

Dunas Transmissão de Energia S.A., sociedade por ações com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231, salas 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Palácio Austregésio de Athayde, Centro, CEP 20030-021, Rio de Janeiro/RJ, anteriormente sediada na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.308, sala 01, Vila Olímpia, CEP 04548-004, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/ME sob nº 31.095.265/0001-44, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o NIRE nº 3530051941-8, comunica, a quem possa interessar e para todos os fins de direito, o extravio do seguinte livro societário: (i) Livro Registro de Atas de Assembleias Gerais, número de ordem 1, registrado e autenticado perante a JUCESP sob nº 324524 em 15/08/2018. São Paulo, 17 de fevereiro de 2022.

DocuSigned by:

Cesar Augusto Figueiredo de Souza

6BF787B5695F4B6...

CLIMA**Falta de chuvas deixa um terço de Portugal em seca extrema**

GIULIANA MIRANDA/FOLHAPRESS

Há 17 anos não chovia tão pouco em Portugal em janeiro. No fim do mês passado, todo o território continental do país encontrava-se em situação de seca, sendo 34% em seca severa e 11% em seca extrema.

Em fevereiro, as chuvas têm continuado abaixo dos níveis normais para o período e, embora ainda não falte água nas torneiras, a estiagem já afeta a vida dos portugueses.

Para priorizar o abastecimento humano em meio à escassez hídrica, o governo determinou a suspensão da produção de energia hidrelétrica em cinco barragens. A medida vale inicialmente até 1º de março, quando será reavaliada.

Autoridades lusas afirmam que o abastecimento no país não será comprometido pela mudança, mas ainda não está claro se haverá impacto no preço da conta de eletricidade - que já passou por sucessivos aumentos nos últimos meses.

Em vários pontos de Portugal, a seca provocou mudanças profundas na paisagem. Na região do rio Zêzere, no Centro, proliferam pontos em que o solo está completamente seco e com grandes rachaduras.

O nível das águas caiu tanto que acabou revelando as ruínas da antiga aldeia do Vilar, submersa há quase 70 anos por conta da implementação de uma barragem.

No norte de Portugal, a diminuição acentuada do volume da barragem do Lindoso expôs outro antigo povoamento submerso, a aldeia de Aceredo.

“Sempre houve secas em Portugal, porque o nosso tipo de clima leva a que realmente haja períodos assim. Mas eram situações mais pontuais, que não se verificavam com uma frequência tão grande quanto nos últimos anos”, avalia Vanda Pires, climatologista do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA).

Segundo dados da entidade, nos últimos seis anos o nível de precipitação mensal em janeiro esteve sempre abaixo do valor considerado normal para o período. Mas, entre os últimos 91 anos, 2022 é o sexto entre os que registraram menor volume de chuvas no mês de janeiro.

Diretamente impactado, o setor agropecuário também já

contabiliza os prejuízos. A Confederação Nacional da Agricultura defendeu que a situação da seca “já é bastante preocupante” no país.

No Algarve, no sul de Portugal, a falta de chuvas já afeta o cultivo de laranjas, uma das principais culturas da região. Ainda que muitos produtores tenham acesso a sistemas de irrigação, a rega suplementar não basta para compensar totalmente a ausência de chuvas. Além de comprometer a viabilidade das frutas, a ausência de água diminui o volume da produção. Produtores de cereais e de amêndoas também estão em alerta.

Já na pecuária, a estiagem afeta os custos de alimentação dos rebanhos. Sem chuvas, o pasto natural - que a esta altura já deveria estar verdejante - não é suficiente para a nutrição dos animais.

Com isso, os produtores são obrigados a recorrer a rações para garantir a alimentação do gado. O aumento dos custos de produção já começa a ser repassado para os consumidores.

Além de mais seco, o mês também foi particularmente quente. A temperatura máxima do ar foi a mais alta dos últimos 90 anos para o mês de janeiro, com média de 15,29°C.

O calor tornou-se motivo de comemoração para os turistas, que têm aproveitado os dias ensolarados para lotar as ruas das principais cidades portuguesas. A combinação de ar quente e seco, porém, tem favorecido a ocorrência de incêndios florestais - outro desafio enfrentado no país.

Dados preliminares do Instituto Nacional de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) apontam que janeiro de 2022 teve 500 registros de incêndios a mais do que o mesmo período de 2021. O cenário levou representantes da Proteção Civil de diversas cidades a expressarem preocupação, apelando à população para evitar queimadas com fins agrícolas em suas propriedades.

Na avaliação da climatologista Vanda Pires, a crise climática tem um peso determinante sobre as mudanças já perceptíveis em Portugal. Além de fazer essa associação, a especialista também alerta para o risco de que, após esse período de escassez, ocorram chuvas torrenciais.

“Não quer dizer que vá acontecer já neste ano, mas muitas vezes é exatamente isso que

ocorre. Às vezes, na sequência de período de seca em Portugal, há situações de muita precipitação”, explica a climatologista. “Para o solo, isso também não é bom. Um solo que está muito seco e de repente recebe quantidades grandes de precipitação não consegue reter essa água com tanta eficiência.”

A falta de chuvas está afetando toda a península Ibérica. Na vizinha Espanha, várias regiões também se encontram em situação de seca, sendo a Andaluzia e a Catalunha as mais atingidas. Diante da situação, o governo espanhol manifestou preocupação e afirmou que irá tomar as medidas necessárias.

Nesta quinta-feira, o Parlamento Europeu se reuniu para discutir o tema da seca entre países ibéricos, mas nenhuma decisão concreta foi tomada. Os eurodeputados, no entanto, chamaram a atenção para a gravidade do problema, sobretudo para os agricultores da região, e pediram mais apoios para o setor.

O comissário europeu para agricultura, Janusz Wojciechowski, já se reuniu com os ministros da área de Portugal e Espanha para discutir que fundos da União Europeia podem ser mobilizados para apoiar o setor.

Embora considerada preocupante, a seca atual em Portugal ainda está longe dos efeitos da que houve em 2005, a pior dos últimos 60 anos, quando todo o país foi afetado e milhares de pessoas chegaram a ficar sem água em casa.

Desde então, Portugal investiu em uma série de medidas para mitigar os efeitos da falta de chuva. Além da construção de barragens e otimização do uso de aquíferos, o país procurou aprimorar sistemas de abastecimento doméstico e de irrigação para a agricultura.

Especialistas alertam, no entanto, que é preciso mais investimento, além de um trabalho de recuperação de infraestruturas desgastadas. Para Pires, do IPMA, Portugal também precisa planejar melhor a destinação de seus recursos hídricos.

“Temos de pensar na adaptação a esta realidade [de mudanças climáticas]. É preciso haver uma otimização dos recursos, com menor desperdício de água”, diz.

A previsão do tempo para os próximos dias por enquanto não indica volumes significativos de chuva.

PETRÓPOLIS**Herdeiro real ‘sai da tumba’ para apontar culpados**

“Esse desastre tem culpados que todos conhecem”, diz João Henrique de Orleans e Bragança, herdeiro da família real que fundou e foi a dona de quase toda a área urbana de Petrópolis, no Rio de Janeiro. “São os vários prefeitos e vereadores da cidade que incentivaram a ocupação dos morros da região.”

“Falava-se abertamente disso nos anos 1970. Os políticos traziam gente de Nova Iguaçu e Caxias, davam terrenos em áreas de risco, sem escritura nenhuma, em troca de as pessoas mudarem o domicílio eleitoral para a cidade. ‘Venham para Petrópolis que tem terreno para construir’, diziam na época. E até hoje é assim”, afirma Orleans e Bragança, antes mesmo de ouvir qualquer pergunta do repórter.

“Não tinha Ministério Público, não tinha preocupação com o ambiente, não tinha associação de moradores. Seja de esquerda, centro ou direita, os políticos não ligam. Só fazem obras para aparecer e não querem saber se quase metade dos moradores de Petrópolis está em área de risco. Não ligam se morrerão soterrados”, exalta-se o príncipe.

Frequentador da cidade no final dos anos 60, durante a infância e a adolescência, João Henrique se afastou da região serrana na década seguinte, quando passou a ir para a casa do pai em Paraty. E é lá que mora até hoje. “Meu pai teve imóveis em Petrópolis, mas se desfez há muito tempo”, conta ele.

Quando tinha por volta dos 14 anos, ele passava longos verões em Petrópolis, mas ficava na casa da avó de um amigo, em frente ao rio Piabanhã, um dos que transbordou na inundação desta semana.

Questionado pela reportagem, ele conta um pouco das boas recordações que tem daquela época. “(Me) Lembro dos bailes de carnaval. Tínhamos um grupo que andava de bicicleta chamado Amarelinho. Nossas sete bicicletas eram amarelas e terminávamos o passeio na sorveteria Central, onde havia sorvete de queijo, coisa que não se via no Rio. Era o despertar da paquera”, diz hoje, aos 67 anos.

Foi o trisavô de João Henrique, o imperador d. Pedro II, que fundou a cidade em 1843. Por isso, até hoje é conhecida como Cidade Imperial. A história, no entanto, começou 21 anos antes, em 1822, quando dom Pedro I, a caminho de Minas Gerais, pôs em uma fazenda ali e se encantou com a região. Tanto que comprou para si a fazenda do Córrego Seco.

João Henrique não sabe o porquê desse nome. “Não sei se havia mesmo um córrego seco, mas meu trisavô construiu lá sua casa de verão, que hoje é o Museu Imperial de Petrópolis”, conta. Dom Pedro II passou muitos verões na cidade, de onde despachava e decidia os rumos do império.

A certa altura, resolveu colonizar a região usando o princípio da enfiteuse, pelo qual doava lotes para os imigrantes. Em troca, receberia uma taxa anual e um imposto chamado laudemio, de 2,5%, cobrado quando o novo dono do imóvel decidisse vendê-lo. Esses valores ainda são recebidos por seis primos de João Henrique, que herdaram os rendimentos.

“Acho que esse sistema deveria acabar”, diz João Henrique, que diz também pagar pela enfiteuse à Marinha, por ter uma casa às margens do mar em Paraty. “Quando dom Pedro II fez isso, o laudemio fazia sentido. Ele doou a cidade inteira, mais de mil lotes, sem receber nada.”

DS

CAFD